

1º CICS

CONGRESSO INTERNACIONAL
CIÊNCIA E SOCIEDADE



TRABALHOS
PREMIADOS

2023




CENTRO UNIVERSITÁRIO
SANTO AGOSTINHO

1º CICS | CONGRESSO INTERNACIONAL
CIÊNCIA E SOCIEDADE

**TRABALHOS
PREMIADOS
2023**





CENTRO UNIVERSITÁRIO SANTO AGOSTINHO – UNIFSA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
NÚCLEO DE APOIO PEDAGÓGICO - NUAPE
PROGRAMA DE EXTENSÃO

Publicado por Editora LESTU

Design Gráfico: Ana Kelma Cunha Gallas

Capa: Odrânio Rocha

Diagramação: Kleber Albuquerque Filho

Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA

E-mail: cics@unifsa.com.br

Este título possui uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International (CC BY-NC-ND 4.0). A íntegra dessa licença pode ser acessada: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/legalcode.pt>

© 2023 UNIFSA Todos os trabalhos deste livro foram submetidos, aprovados e apresentados no Congresso Internacional Ciência e Sociedade (CICS) 2023, sendo selecionados como os melhores trabalhos apresentados em Grupos Temáticos do evento. <https://unifsa.com.br/cics2023/publicacoes/>

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

1° CICS [livro eletrônico] : Congresso Internacional Ciência e Sociedade : desenvolvimento humano e social : das ideias às práticas : trabalhos premiados 2023/ Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA [organização Ana Kelma Cunha Gallas, Alisson Dias Gomes, Izabel Herika Gomes Matias Cronemberger]. -- São Paulo : Lestu Publishing Company, 2023. -- (Trabalhos Premiados do Congresso Internacional Ciência e Sociedade ; 1)

514 p. *online*

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN: 978-65-85729-05-5

DOI: <https://doi.org/10.51205/lestu.978-65-85729-05-5>

Disponível em: <https://lestu.org/books/index.php/lestu/catalog/book/17>

1. Ciência - Congressos - Brasil 2. Congressos 3. Desenvolvimento humano 4. Desenvolvimento social 5. Divulgação científica I. Gallas, Ana Kelma Cunha. II. Gomes, Alisson Dias. III. Cronemberger, Izabel Herika Gomes Matias. IV. Série.

23-182727

CDD-501

Índices para catálogo sistemático:

1. Ciências : Divulgação 501

Tábata Alves da Silva- Bibliotecária- CRB-8/9253



A Lestu é uma editora que acredita na Ciência Aberta. Permitimos a leitura, download e/ou compartilhamento do conteúdo desta obra para qualquer meio ou formato, desde que os textos e seus autores sejam adequadamente referenciados.

EDITORA LESTU

Editora, Gráfica e Consultoria Ltda

editora@lestu.org

www.lestu.com.br

[@lestu_editora](https://www.instagram.com/lestu_editora)



Trabalhos premiados 2023



12

UMA REFLEXÃO CRÍTICA À MEDICALIZAÇÃO E PATOLOGIZAÇÃO DA SAÚDE¹

Helizane Fernandes e Santos²

1 Trabalho premiado no Grupo Temático 20 – Diálogos Entre a Política de Assistência Social e de Saúde Mental na Produção do Cuidado, do 1º Congresso Internacional Ciência e Sociedade, promovido pelo Centro Universitário Santo Agostinho, de 4 a 7 de outubro de 2023.

2 Acadêmica do curso de Psicologia, 6º período, do Centro Universitário Santo Agostinho, UNIFSA. Bacharel em Serviço Social pelo Instituto Camillo Filho.

RESUMO

O artigo analisa a medicalização e patologização em saúde mental, focando na influência das redes sociais. Aborda a importância de informar sobre transtornos mentais, mas também problematiza o autodiagnóstico e o uso excessivo de medicamentos. O estudo destaca a associação equivocada de problemas sociais com diagnósticos médicos, como a relação entre falta de atenção e TDAH. Explora a busca por alta performance e a inadequação social como impulsionadores da medicalização. A pesquisa reconhece a complexidade de definir normalidade e patologia, destacando a necessidade de abordagens multidisciplinares para um tratamento eficaz. O trabalho se baseia em métodos analíticos e críticos, identificando os impactos da medicalização na sociedade. Conclui enfatizando a importância de considerar fatores sociais, econômicos e culturais no diagnóstico e tratamento da saúde mental.

Palavras-Chave: SAÚDE MENTAL. MEDICAR. MEDICALIZAÇÃO. DIAGNÓSTICO. TRANSTORNOS MENTAIS.

INTRODUÇÃO

A investigação em foco neste trabalho aborda a crescente tendência de medicalização e patologização da saúde mental, em grande parte influenciada pelo cenário das redes sociais, em outra, pela busca do ajuste social. O problema de pesquisa se concentra na análise crítica desse fenômeno, especialmente no que diz respeito ao autodiagnóstico e à atribuição indevida de características médicas a questões sociais e culturais.

A pesquisa visa compreender os motivos subjacentes a essa tendência, incluindo a busca por alta performance e a pressão social pela adequação. A relevância do estudo se encontra no contexto contemporâneo, onde a divulgação de informações sobre transtornos mentais é cada vez mais difundida, gerando impactos na percepção pública e na busca por tratamentos. A originalidade deste trabalho reside na análise crítica da medicalização e patologização,

explorando não apenas as implicações médicas, mas também as sociais, culturais e psicológicas.

A investigação se baseia em uma abordagem analítica e crítica, inspirada por teóricos como Conrad (2007) e Dalgarrondo (2019), que discutem os aspectos complexos da medicalização e da definição de normalidade e patologia. A escolha das referências se deu com base na relevância e atualidade de suas contribuições para o entendimento desse fenômeno contemporâneo, orientando a lógica e a originalidade desta pesquisa.

METODOLOGIA

A investigação se baseia em uma abordagem analítica e crítica. Também de caráter bibliográfico, ocorreu a coleta de dados a partir de artigos, livros, reportagens da atualidade, com ênfase também nos principais autores, tal qual Conrad (2007) e Dalgarrondo (2019), dentre outros. Também, uma pesquisa qualitativa, onde não se busca números para compor um resultado efetivo, mas sim, a compreensão de uma trajetória que levou ao problema do trabalho.

MEDICALIZAÇÃO E PATOLOGIZAÇÃO

Com a ascensão das redes sociais tem se percebido um movimento crescente e sutil nas propagações das informações de doenças psíquicas, tais como o TDAH - Transtorno de Déficit de Atenção com ou sem Hiperatividade, Ansiedade, Depressão. E tal movimento não é por si negativo, visto que informa acerca de tais transtornos. No entanto, um outro movimento também emerge: o do autodiagnóstico para questões nem sempre médicas.

É visto com frequência que a falta de atenção ou esquecimentos por uma vida corrida, resultado de uma dinâmica sobrecarregada de atividades, já está sendo relacionada diretamente ao TDAH, e vídeos

surgem reforçando essa temática. Com isso, também se observa que um terceiro movimento emerge, o da medicalização para a busca de alta performance, resultados a demandas escolares, e como a principal via terapêutica para tratar o suposto transtorno.

Assim, questões não médicas são tratadas como tais, e a falta do ajuste social também fortalece a necessidade pela busca de laudos médicos para justificar a inadequação social. Por isso, a discussão acerca da medicalização e patologização é ainda mais necessária. Com o debate da luta antimanicomial, para humanização dos tratamentos com viés terapêutico e inclusivo, regredimos quando usamos do medicar o principal, e por vezes único, meio para diminuição dos sintomas e a inclusão.

A medicalização é compreendida como “o processo pelo qual problemas não médicos passam a ser definidos e tratados como problemas médicos, frequentemente em termos de doenças ou transtornos” (Conrad, 2007). Geralmente, o processo de medicalização é confundido com o termo medicação. Medicar é o ato de tratar uma doença orgânica, já a palavra medicalizar se refere à atribuição de um caráter patológico a situações socioculturais. (Eidt, Tulesk e Franco, 2014).

Atualmente, o contexto social a qual crianças, jovens e adultos estão inseridos vem exigindo cada vez mais atenção, disciplina e um comportamento rotulado, e em vista disso, a busca pelo atendimento médico e psicológico tem aumentado, com a busca não apenas da compreensão do fenômeno, mas, para a patologização destes, agregando o uso de laudos para aceitação em determinados ambientes.

A patologização vincula-se ao conceito de medicalização, focando na atribuição do status de doença para questões da vida cotidiana. “Calcado no binômio saúde-doença, termina por escamotear a influência de aspectos históricos, sociais, econômicos

e políticos sobre o desenvolvimento humano, além de individualizar questões que se constroem na relação das pessoas entre si” (Moysés & Collares, 2013a).

A crítica não está necessariamente ligada ao uso de medicamentos, mas de usá-los em situações em que estes não são necessários, cuja finalidade é uma forma de controlar e reprimir comportamentos. Como afirma Dalgalarondo, “como processo ideológico e político de rotular comportamentos desviantes, moralmente repreensíveis ou mal adaptados e transgressivos como doença, como transtorno mental, e, assim, monitorar, regular e controlá-los melhor, ou, desqualificar as pessoas que recebem tal rótulo”.

Paradoxalmente, aqueles que são acometidos por transtornos mentais graves - como esquizofrenia, transtorno bipolar, autismo, depressão grave, e etc. – não tem acesso a atendimento para os cuidados mentais, enquanto grupos socialmente privilegiados usufruem da medicalização e psiquiatria para questões não médicas – tristeza em virtude da frustração amorosa, baixo rendimento escolar, como reflexo da inadequação pedagógica, etc.

Assim, tendo em vista a relação da medicalização com comportamentos desviantes e moralmente repreensíveis, abre-se outra discussão entre normal e patológico, “e essa discussão é extremamente contextual e local, é uma escolha e um arranjo do grupo que decide o que é saudável e patológico” (FRIAS, L. 2013). Logo, a análise dos comportamentos para uma definição patológica, dever-se-ia considerar além dos sintomas apresentados, os ajustes sociais, afim de compreender se as manifestações apresentadas diminuiriam, e mesmo que as modificações ambientais possam melhorar a situação dos pacientes, caso eles continuem padecendo com sofrimentos e limitações, essas condições não são construções sociais.

Os critérios para a distinção entre normal e patológico é bastante imprecisa, visto que tais características são multifatoriais e dependem diretamente do contexto socio, econômico e cultural que um indivíduo está envolvido. No entanto, é possível citar pelo menos três critérios de normalidade. Critério subjetivo, quem está doente sofre ou se sente doente. Critério estatístico ou quantitativo, onde o normal é sinônimo comum, ou significa próximo à media – este apresenta falhas, quando considera por exemplo a quantidade percentual para definição de patológico, a exemplo, alguém com o QI elevado não possui uma patologia, é considerado saudável, já alguém com uma única cárie encontra-se carecendo de cuidados odontológicos-, e por fim, o critério qualitativo, normal é aquilo adequado a determinado padrão funcional considerado ótimo ou ideal.

Na busca por um diagnóstico, o profissional deverá pautar-se além dos sintomas orgânicos, atribuindo o significado com ênfase nos manuais de diagnóstico, ser imprescindível que haja uma análise dos fatores além das questões médicas. Como por exemplo, a fome, a moradia, o lazer, a situação econômica. O ser humano é múltiplo, seu desenvolvimento carece diretamente das suas relações, primeiro, no seio familiar, onde desenvolve-se os aspectos primeiros de sua personalidade, como nas relações sociais, desenvolvendo autoestima, autonomia.

Em virtude da Luta Antimanicomial, movimento que busca a erradicação de manicômios e dos tratamentos desumanos utilizados na época para o enfrentamento da saúde mental, muito tem-se falado acerca dos transtornos mentais, e como reflexo desse debate, tem-se criado um espaço cada vez mais democrático e consciente para a discussão e atenção ao adoecimento mental tão crescente. Estima-se que, em 2019, quase um bilhão de pessoas – incluindo 14% dos adolescentes do mundo – viviam com um transtorno mental. O

suicídio foi responsável por mais de uma em cada 100 mortes e 58% dos suicídios ocorreram antes dos 50 anos de idade.

(...) as enfermidades físicas são ameaças à vida, as enfermidades mentais são ataques à liberdade. (...) no transtorno mental (...) o processo mórbido travando, bloqueando, dissolvendo a atividade psíquica, diminui a liberdade e responsabilidade do paciente mental. (Ey, 2008, p.77)

Os transtornos mentais são a principal causa de incapacidade, e pessoas acometidas por transtornos mentais morrem 10 ou 20 anos mais cedo comparado com uma pessoa saudável (OMS). Assim, o diagnóstico aliado à atenção multidisciplinar pode garantir uma qualidade de vida se diagnosticado assertivamente e precocemente.

Mais uma vez, reitera-se que a crítica ao modelo de medicalização tão crescente em nosso meio, não diz respeito ao uso discriminado de psicoestimulantes (são a categoria de medicamentos comumente utilizados durante o tratamento de TDAH), antidepressivos (são medicamentos cuja ação decorre no Sistema Nervoso Central, normalizando o estado do humor), benzodiazepínicos (são medicamentos hipnóticos e ansiolíticos com efeitos notáveis. Amplo índice terapêutico que apresentam, ainda, propriedades anticonvulsivante, relaxante muscular e amnésica.), mas ao uso indiscriminado para questões não médicas. Crescemos em estudo e aperfeiçoamento para melhorar a qualidade de vida dos indivíduos e isso ocorre quando respeitamos sua subjetividade bem como o contexto ao qual está inserido. Falar sobre medicalização e patologização, é mencionar os manuais existentes cujo objetivo é padronizar e definir o diagnóstico dos diversos transtornos mentais. A CID, Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, e o DSM, Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders ou Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, fomentam ainda mais a demanda médica,

bem como o mercado farmacêutico, pois contribuem para a padronização de comportamentos isolados como patológicos.

Neste debate, os manuais citados servem como um norteador para o tratamento dos comportamentos desviantes, que são os observáveis, bem como os sofrimento relatados pelo indivíduo, e para direcionar o tratamento e nunca reduzindo-os por completo a esses conceitos.

PSICOPATOLOGIA E DIAGNÓSTICO

A psicopatologia é um campo de conhecimento que requer debate constante e aprofundado, no qual não pode haver uma teoria ou perspectiva amplamente engessada. Para Campbel (1896), “psicopatologia é o ramo da ciência que trata da natureza essencial da doença ou transtorno mental – suas causas, as mudanças estruturais e funcionais associadas a ela e suas formas de manifestação”. A psicopatologia biológica enfatiza os aspectos cerebrais, neuroquímicos ou neurofisiológicos das doenças e dos sintomas mentais, cuja base de todo transtorno mental são as alterações de mecanismos neurais e de determinadas áreas e circuitos cerebrais. Em contraposição, a psicopatologia sociocultural estuda os transtornos mentais como comportamentos desviantes que surgem a partir de certos fatores socioculturais, como discriminação, pobreza, migração, estresse ocupacional, desmoralização socio familiar, etc. (DALGALARRONDO, 2019).

Portanto, os diagnósticos devem pautar-se na avaliação dos sintomas e considerando eminentemente o seu contexto sociocultural, simbólico e histórico, não apenas a descrição sintomática, visto que os sintomas são temporários em relação ao estado real. Em detrimento do diagnóstico, não se considera que este é ruim ao indivíduo, visto que as suas finalidades são a

comunicação, através de uma linguagem comum e padronizada, previsibilidade, onde diagnóstico é prognóstico - que traça o provável desenvolvimento futuro ou o resultado de um processo, e favorece uma investigação científica e fundamenta as medidas terapêuticas e preventivas.

Para que seja atendido o mínimo dos requisitos para um atendimento à saúde mental, é necessário observar os sistemas de saúde disponíveis, bem como fomentar o debate sobre transtornos mentais e o uso do medicamento como suporte ao tratamento. A OMS, Organização Mundial de Saúde, estabelece que, para haver o uso racional de medicamentos, é necessário que se cumpra alguns requisitos: estabelecer a necessidade do uso do medicamento; a seguir, que se receite o medicamento apropriado, a melhor escolha, de acordo com os ditames de eficácia e segurança comprovados e aceitáveis; é necessário que o medicamento seja prescrito adequadamente, na forma farmacêutica, doses e período de duração do tratamento; que esteja disponível de modo oportuno, a um preço acessível, e que responda sempre aos critérios de qualidade exigidos; que se dispense em condições adequadas, com a necessária orientação e responsabilidade, e, finalmente, que se cumpra o regime terapêutico já prescrito, da melhor maneira possível (Aquino, D. S.).

Atendidos tais requisitos, esta medicação deverá ser feita para amenizar ou erradicar os sofrimentos causados pelos transtornos, e não como único meio de tratamento, e nem servindo para fins de controle das massas.

O diagnóstico, como já fora no passado, especialmente nos regimes totalitários, em que servia para punir e excluir pessoas dissidentes ou opositoras, hoje, possui um valor norteador e importante para o desenvolvimento subjetivo de cada indivíduo. Se outrora serviu como limitante, como um rótulo, hoje serve muito

mais para direcionar o sujeito frente aos desafios, e dando-lhes a chance de perceber o mundo sob uma nova perspectiva.

No processo diagnóstico há uma relação dialética entre o particular – àquilo que é do indivíduo, e o geral – categoria diagnóstica que pertence. Assim, diagnósticos são construtos, fundamentais para o trabalho clínico e científico.

Como diz Dalgallarrondo, “apesar de ser absolutamente imprescindível considerar os aspectos pessoais, singulares de cada indivíduo, sem um diagnóstico psicopatológico aprofundado não se pode nem compreender adequadamente o paciente e seu sofrimento, nem escolher o tipo de estratégia terapêutica mais apropriado”. No processo diagnóstico há uma relação dialética entre o particular – àquilo que é do indivíduo, e o geral – categoria diagnóstica que pertence.

CONCLUSÃO

A crítica ao modelo de medicalização não anula a necessidade da medicação para pacientes certamente diagnosticados, se diz respeito, principalmente, à busca pela diminuição do movimento de patologizar e medicar questões não médicas.

Como dito anteriormente, as redes sociais vêm a acelerando e disseminando informações acerca dos transtornos mentais, onde, quase sempre, tais informações não são atestadas à uma fonte crítica, confiável e científica, sendo pautadas apenas pelo senso comum. Portanto, o debate não se limita em criticar o uso dos medicamentos como complemento de uma rede terapêutica, mas seu uso único e exclusivo para o tratamento dos transtornos, e entendendo que os transtornos como Ansiedade, Depressão, TDAH, também se mostram responsivos quando o tratamento é feito em conjunto com atividade física, terapia com Psicólogo, uma boa alimentação, e a adequação de novos hábitos.

Por fim, reafirma-se a necessidade dos profissionais para a busca multidisciplinar do diagnóstico, bem como na estratégia terapêutica, visando abarcar o mais possível o indivíduo e sua subjetividade.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Daniela Silva de. Por que o uso racional de medicamentos deve ser uma prioridade. **Ciência & Saúde Coletiva**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/ZqY8ZMrdQnVZNtdLNjQsFvM/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 08 ago. 2023.

CHAGAS, Julia Chamusca; PEDROZA, Regina Lúcia Sucupira. Patologização e Medicalização da Educação Superior. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Universidade de Brasília, v. 32, n. esp., p. 1-10, 2016.

CHENIAUX, Elie. Psicopatologia: questões gerais. In: **Manual de Psicopatologia**. 4ª ed. Editora Guanabara Koogan, 2018. p. 29.

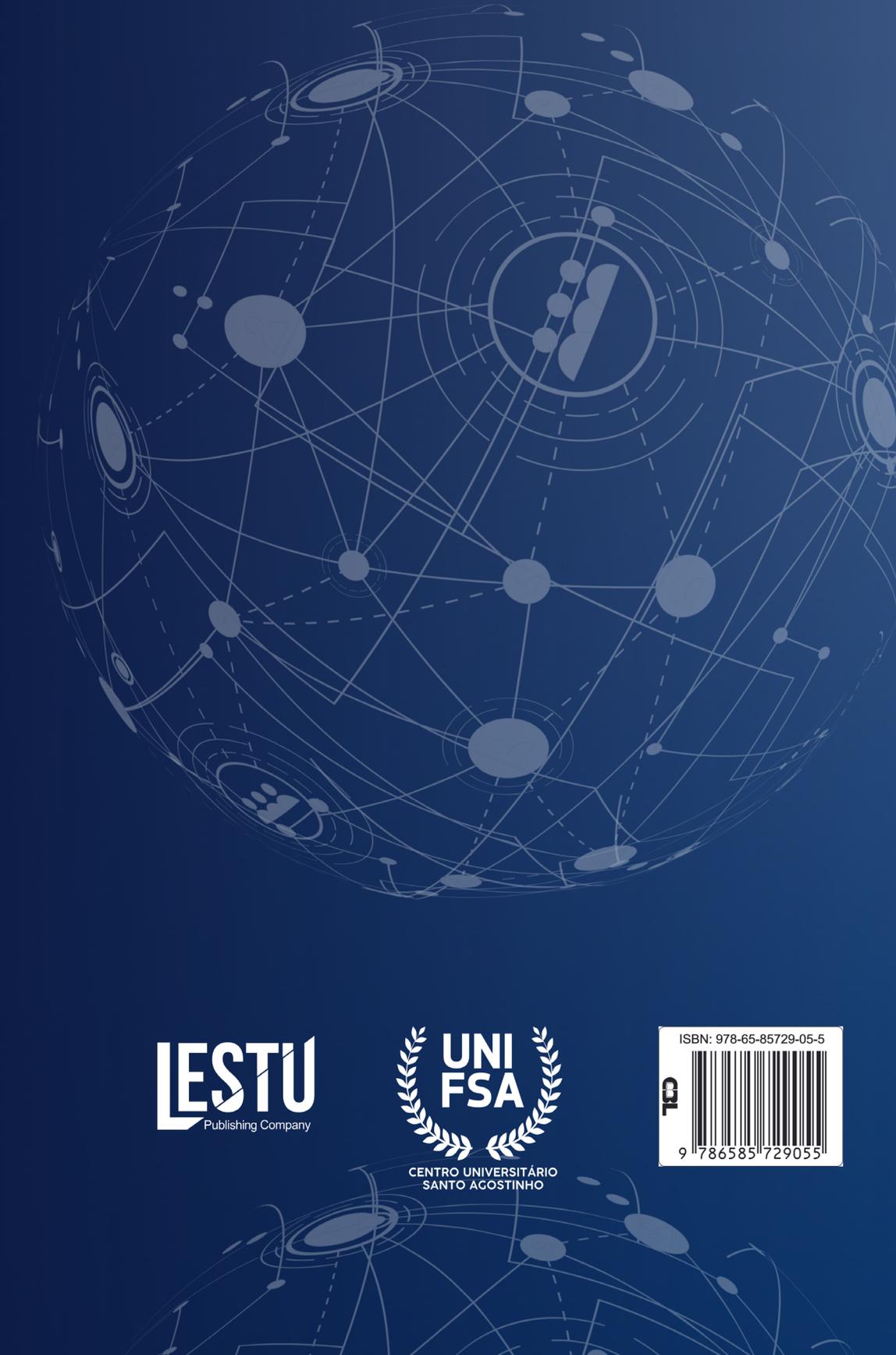
DALGALLARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.

FRIAS, Lincoln; JÚLIO-COSTA, Annelise. Os equívocos e acertos da campanha “não à medicalização da vida”. **Psicologia em Pesquisa**, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), p. 3-12, 2013.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. OMS divulga Informe Mundial de Saúde Mental: transformar a saúde mental para todos. **Biblioteca Virtual em Saúde**. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/oms-divulga-informe-mundial-de-saude-mental-transformar-a-saude-mental-para-todos/>. Acesso em: 06 ago. 2023.

RODRIGUES, Thais de Sousa; SILVA, Sílvia Maria Cintra da. Medicalização, Dislexia e TDA/H no ensino superior: Contribuições da Psicologia Histórico-Cultural. **Psicologia em estudo**, v. 26, 2021.





LESTU
Publishing Company



CENTRO UNIVERSITÁRIO
SANTO AGOSTINHO

ISBN: 978-65-85729-05-5

